



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail: gabinete@pariqueraacu.sp.gov.br

## EXCELENTÍSSIMOS INTEGRANTES DO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PARIQUERA-AÇU/SP

**Assunto: Devolução do Projeto de Lei nº 023/2023.**

**WAGNER BENTO DA COSTA**, Prefeito Municipal, vem, com fundamento no artigo 273 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, interpor **RECURSO** contra a decisão do Presidente que devolveu o Projeto de Lei nº 23/2023, pelas razões que seguem abaixo.

### **I. DAS RAZÕES DO RECURSO.**

**NOBRES VEREADORES**, o projeto em questão tem por objetivo transformar e a unificação dos cargos de motoristas no município de Pariquera-Açu. A mudança possibilitará a melhor dinâmica de disponibilização de motoristas nos departamentos, ampliando o número de motoristas que passarão poder dirigir outros veículos da frota, desde que possuam Carteira de Habilitação Nacional categoria “D”, melhorando, diante disso, o atendimento da população adequar o Município.

Todavia, e ao contrário do definido no parecer da CCJ, o que se busca com o presente projeto de lei é a **transformação** de um cargo, **que não possui carreira, o qual tem atribuições, responsabilidades e remuneração semelhantes.**

Sobre transformação de cargo, o mestre HELY LOPES MEIRELLES (‘Direito Administrativo Brasileiro’, p. 395, 27.<sup>a</sup> ed.) ensina que:

**“CRIAÇÃO, TRANSFORMAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS, FUNÇÕES OU EMPREGOS PÚBLICOS**

A criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas do Poder Executivo exige lei de iniciativa privativa do Presidente da República, dos Governadores dos Estados e do Distrito Federal e dos

“Deus seja louvado”



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail [cabinete@pariqueiraacu.sp.gov.br](mailto:cabinete@pariqueiraacu.sp.gov.br)

Prefeitos Municipais, conforme seja federal, estadual ou municipal a Administração interessada, abrangendo a Administração direta, autárquica e fundacional (CF, art. 48, X, c/c o art. 61, § 1a, 11, "d"). Com a EC 32/2001, ao Chefe do Executivo compete privativamente dispor sobre a "extinção de funções ou cargos quando vagos" (CF, art. 84, VI, "b"). Assim, não estando vago, a extinção depende de lei, também de sua iniciativa privativa. A privatividade de iniciativa do Executivo torna inconstitucional o projeto oriundo do Legislativo, ainda que sancionado e promulgado pelo Chefe do Executivo, porque as prerrogativas constitucionais são irrenunciáveis por seus titulares. A transformação de cargos, funções ou empregos do Executivo é admissível desde que realizada por lei de sua iniciativa. **Pela transformação** extinguem-se os cargos anteriores e se criam os novos, que serão providos por concurso **ou por simples enquadramento dos servidores já integrantes da Administração, mediante apostila de seus títulos de nomeação.** Assim, a investidura nos novos cargos poderá ser originária (para os estranhos ao serviço público) ou **derivada (para os servidores que forem enquadrados), desde que preencham os requisitos da lei.** Também podem ser transformadas funções em cargos, observados o procedimento legal e a investidura originária ou derivada, na forma da lei. **Todavia, se a transformação "implicar em alteração do título e das atribuições do cargo, configura novo provimento", que exige o concurso público.**

Somente o destaque em cinza representa a súmula vinculante nº 43.

A súmula vinculante nº 43 tem por objetivo impedir ascensão funcional (também chamada de acesso ou de transposição ou provimento derivado) é a progressão funcional do servidor público entre cargos de carreiras distintas.

É dizer: o servidor é promovido para um cargo melhor, sendo este, no entanto, integrante de uma carreira diferente.

A título de exemplo do que é vedado pela Constituição Federal, podemos citar o caso do Estado do Espírito Santo, que editou uma lei prevendo que os servidores de determinado cargo seriam aproveitados em cargo diverso e melhor, qual seja, o de Auditor de Saúde.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail [gabinete@pariqueraacu.sp.gov.br](mailto:gabinete@pariqueraacu.sp.gov.br)

O STF entendeu que essa lei apresentava inconstitucionalidade material, já que possibilitava o provimento derivado de servidores investidos em cargos **de outras carreiras** no cargo de auditor de saúde, violando, assim, o art. 37, II, da CF/88, que exige a prévia aprovação em concurso para a investidura em cargo público (STF. Plenário. ADI 2940/ES, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 11/12/2014 (Info 771).

Ao nosso ver, o projeto de lei nº 023/2023, tem natureza jurídica de transformação de cargo, e não de forma de provimento derivado, com base legal prevista no Artigo 45 da Lei Orgânica Municipal:

“Compete privativamente ao Prefeito, dentre outros, a iniciativa de leis

que disponham sobre: (Redação dada pela Emenda nº 027/2013).

I - criação, extinção ou **transformação de cargos**, funções ou empregos públicos na administração direta ou indireta;

## II. **DO PEDIDO.**

Pelo exposto, requer o Recorrente que este recurso seja conhecido e provido pelo Presidente, para que o projeto retome o rito legislativo regular e seja encaminhado para votação pelo Plenário da Câmara, conforme artigo 274, §1º do Regimento Interno da Casa.

Ou ainda, caso não seja esse o entendimento, requer seja este informado e encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça para emissão de parecer e remessa para deliberação do Plenário, nos termos do artigo 274, §§2º e 3º do Regimento Interno.

Termos em que,  
Pede e espera deferimento.

**WAGNER BENTO DA COSTA**  
Prefeito Municipal